

**A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ESCRAVO NO JORNAL *DEZENOVE DE DEZEMBRO***

*THE STATUS OF THE SLAVE IN THE NEWSPAPER DEZENOVE DE DEZEMBRO*

**Anna Carolina Chierotti dos Santos Ananias<sup>1</sup>  
Dayme Rosane Bençal<sup>2</sup>  
Greize Alves da Silva Poreli<sup>3</sup>**

**RESUMO:** Este artigo está fundamentado nos aportes teóricos da análise do discurso, de orientação francesa, que alia o aspecto linguístico ao sócio-histórico, entendendo, desta forma, que o discurso é o lugar das manifestações ideológicas (ORLANDI, 1984) e não pode estar dissociado de sua condição de produção, ou seja, de todo o seu entorno e constituinte: quem, quando, onde. Partindo de quatro anúncios sobre escravos fugidos e dois de animais desaparecidos, publicados no Jornal *Dezenove de Dezembro*, em circulação no Estado do Paraná, no século XIX, analisamos a posição da imprensa da época ao se referir ao escravo foragido. A apreciação dos vocábulos utilizados pelo enunciador nos revelou que havia o intuito de ressaltar a condição de “objeto” do negro escravo, limitando a sua identidade às suas características físicas, o que revelou uma grande proximidade entre os aspectos encontrados em tais anúncios e naqueles de animais desaparecidos. Assim, constatamos, em tais textos analisados, que a formação do sujeito escravo na sociedade paranaense do século XIX é assujeitada, e não pode ser desvinculada das instâncias ideológicas e históricas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do discurso, Assujeitamento, Condição de produção.

**ABSTRACT:** Current paper is based on the theoretical stance of French Discourse Analysis which joins the linguistic to the social-historical aspects and foregrounds that discourse is the site of ideological manifestations (ORLANDI, 1984). Since it cannot be dissociated from the production condition, it is actually bonded to its surroundings and constitution involving who, when and where. Four advertisements on runaway slaves and two advertisements on the disappearance of animals published in the newspaper *Dezenove de Dezembro*, published in the state of Paraná, Brazil, during the 19<sup>th</sup> century, are analyzed with regard to the ideology of the press with regard to fugitive slaves. The choice of terms used by the enunciator reveals the enhancement of the Negro slave as a thing, limiting his identity to physical traits. This fact was very close to aspects investigated between slave announcements and those of animals going astray. The formation of the slave in the society of the state of Paraná in the 19<sup>th</sup> century meted out in the analyzed tests is a subjected image and cannot be de-linked from ideological and historical concerns.

**KEYWORDS:** Discourse analysis, Subjected person, Conditions of production.

<sup>1</sup> Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: annachierotti@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: daybencal@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. Professora Assistente II do curso de Letras, da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: greize\_silva@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso, doravante AD, surgiu na década de 60 com o intuito de analisar a exterioridade do texto, diferente da perspectiva adotada pelos estruturalistas que estudavam o texto apenas em sua superfície, ou seja, preocupam-se apenas com as relações e funções dos elementos textuais representados. A esse respeito, são oportunas as palavras de Brandão:

O reconhecimento da dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas e sociais, provoca um deslocamento nos estudos linguísticos até então balizados pela problemática colocada pela oposição língua/fala que impôs uma linguística da língua (BRANDÃO, 1997, p. 11-12).

A AD não enxerga a linguagem como um conjunto de signos que servem apenas para a comunicação entre os interlocutores, ela prima e entende a linguagem enquanto interação, em que as ideologias estão presentes na enunciação e cujo estudo não pode ser desvinculado de suas condições de produção (BRANDÃO, 1997, p.12). Para a análise do discurso, as condições sócio-históricas são elementos fundamentais para o analista.

Tradicionalmente, são duas as vertentes da AD trabalhadas no Brasil: uma AD Americana, focada principalmente na organização textual, e a AD Francesa, que considera a exterioridade textual como aspecto fundamental para a produção dos sentidos. Para Barros (1999), muitos estudiosos brasileiros seguem a linha francesa de análise:

Muitas das pesquisas sobre o discurso desenvolvidas no Brasil pertencem a essa linha de investigação e podem ser agrupadas em três grandes blocos: o primeiro, com pesquisas sobre questões teóricas que tradicionalmente preocupam os analistas do discurso e que receberam entre nós desenvolvimentos próprios, tais como os estudos sobre o sujeito, a autoria, a interpretação e o sentido, o discurso e o acontecimento, a heterogeneidade discursiva, a noção de arquivo (BARROS, 1999, p.188).

O segundo grupo citado pela autora engloba trabalhos teóricos sobre discursos específicos ou sobre aspectos pontuais dos discursos, tais como: o discurso dos missionários, da imigração, do humor, da gramática; o discurso político, religioso e jurídico, pedagógico,

naturalista, o funcionamento discursivo da disjunção em português, a norma culta na perspectiva da análise do discurso.

Para o terceiro bloco investigativo, Barros (1999) apresenta os projetos sobre discurso, significação e brasilidade, dentre eles: o discurso público no espaço urbano, aspectos discursivos da análise de línguas indígenas, os discursos missionários e literários sobre os índios e brasilidade, o discurso público no espaço urbano, aspectos discursivos da análise de línguas indígenas, os discursos missionários e literários sobre os índios, a História das Idéias Linguísticas no Brasil, o discurso do e sobre os sem-terra, as formações discursivas dos docentes da rede pública (BARROS, 1999, p. 188-189)

Para a referida autora, “as investigações sobre o discurso que têm por preocupação contribuir para que se conheça melhor, por meio da linguagem, a sociedade brasileira são bastante numerosas no Brasil” (BARROS, 1999, p.198), fato este evidenciado pelo crescente número de trabalhos desenvolvidos nas universidades brasileiras nas últimas décadas.

Em sua gênese, os estudos discursivos eram focados, sobretudo, em aspectos políticos e ideológicos, principalmente influenciados pelo marxismo e pelos trabalhos de Althusser (1965; 1983). Entretanto, como afirma Maingueneau (2000), atualmente, não podemos estender a totalidade da AD aos conflitos de classe e de militância, pois a AD pode estudar lugares e modos de enunciação independentemente de aspectos políticos ou de uma possível luta de classes.

Considerando a amplitude dos objetos da AD, o presente trabalho tem por intento analisar quatro anúncios de escravos fugitivos e dois anúncios de animais desaparecidos publicados no Jornal *Dezenove de Dezembro*, em circulação na recém-província do Paraná, no ano de 1854. Partindo dos discursos veiculados nesses anúncios, objetivamos avaliar o posicionamento do sujeito enunciador, ou seja, a imprensa, da metade do século XIX, ao se referir à figura do escravo.

Para isso, inserimo-nos na concepção ideológica que constituía a condição de produção desse sujeito, bem como o posicionamento que o jornal assumia frente aos escravos e aos demais integrantes da sociedade. Primeiramente, fundamentamos nossa investigação, nos conceitos de discurso e condição de produção e na reflexão sobre a constituição do sujeito. Em seguida, descrevemos algumas características do suporte onde foram veiculados os anúncios, para então, partirmos para a análise do *corpus* e, por fim, tecermos algumas considerações acerca do estudo realizado.

## 1 O DISCURSO E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

O Discurso, para a AD, pode ser definido como o efeito de sentido construído no processo de interlocução (BRANDÃO, 1997, p. 89). Neste aspecto, para Orlandi “o discurso não é fechado em si mesmo nem é do domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em que relação a outros discursos” (1984, p. 22). Trata-se do lugar das manifestações ideológicas, em que a linguagem é o lugar de conflito e cuja análise não pode ser desvinculada das condições sociais e históricas de dado momento. Assim, a condição do que é temporal deve ser considerada em toda a sua amplitude.

Sobre a temporalidade e a enunciação, Guimarães afirma:

Dois elementos são decisivos para a conceituação desse acontecimento de linguagem: a língua e o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo. Por outro lado, um terceiro elemento decisivo, de meu ponto de vista, na constituição do acontecimento, é sua temporalidade. (2002, p.11)

Mainueneau e Charaudeau, (2004), no Dicionário de Análise do Discurso, apresentam as características fundamentais do discurso, das quais podemos destacar: i) O discurso deve ser compreendido como algo que ultrapassa o nível linguístico, pois considera além da gramática, os interlocutores e a situação em que o discurso é produzido. ii) O discurso é contextualizado, uma vez que todo enunciado só faz sentido no momento em que é produzido. iii) O discurso é produzido por um sujeito em relação a *um outro*, fundamentado no dialogismo, ou seja, situação que supõe, pelo menos, dois falantes. O dialogismo resulta na polifonia, na heterogeneidade discursiva, pois é sempre atravessado por outras vozes.

Para Brandão, o estudo do discurso jamais pode ser descontextualizado de suas condições de produção. Para ela, as condições de produção “constituem a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si e do outro referente” (1997, p.89).

É o que Pêcheux aborda como ‘antecipação das representações dos receptores’, ou seja, o emissor fundamenta uma estratégia discursiva tendo em vista o seu receptor. (1969, p. 84). Ainda para Pêcheux, o contexto sócio-histórico-ideológico e a situação de comunicação fazem parte da condição de produção.

Orlandi exemplifica a premissa de Pêcheux com uma situação bastante típica:

[...] em uma situação de sala de aula, a situação imediata, as circunstâncias de enunciação compreendem o contexto da sala com o professor e os alunos; a situação no sentido mais amplo compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, isto é, o fato de que em uma sociedade como a nossa o saber é distribuído por uma rede institucional, hierarquizada em que o saber relaciona-se ao poder. (ORLANDI, 2006, p.15)

Dessa forma, para a AD, o sujeito, atravessado ideologicamente, não tem consciência das suas reais condições de produção, pois se encontra inserido neste contexto. Neste aspecto, Mussalim (2001) ilustra o esquema que Pêcheux (1969) estabelece como ‘jogo de imagens de um discurso’:

- I) A imagem que o sujeito, ao enunciar seu discurso, faz:
    - a) Do lugar que ocupa;
    - b) Do lugar que ocupa seu interlocutor;
    - c) Do próprio discurso ou do que é enunciado.
  - II) A imagem que o sujeito, ao enunciar seu discurso, faz da imagem que seu interlocutor faz:
    - a) Do lugar que ocupa o sujeito do discurso;
    - b) Do lugar que ele (interlocutor) ocupa;
    - c) Do discurso ou do que é enunciado.
- (MUSSALIN, 2001, p. 137).

Este jogo de imagens é construído na interação do locutor em relação ao seu interlocutor. As condições de produção estão intrinsecamente ligadas à constituição do sujeito, temática esta que é abordada no próximo tópico.

## 2 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

A concepção básica do que se pretende produzir nesta análise é a de que não existe sujeito sem discurso que, por sua vez, não é neutro, nem novo. Os discursos são enunciados que se produzem dentro de uma mesma formação discursiva e, desta forma, devem ser entendidos como realizações históricas, polifônicas e heterogêneas.

[...] não há enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistência. (FOUCAULT, 1997, p. 114).

A noção de que todo o dito já foi dito por um Outro, elimina o sujeito da posição de gerador de significações, desta forma, o que existem são possibilidades de discursos, e os sentidos não são únicos, não possuem uma verdade, mas sim uma história (FOUCAULT, 1997).

Para Fischer (2001), o discurso é o lugar da multiplicação dos discursos e dos sujeitos, desta forma, para analisá-lo, é fundamental considerar a questão do sujeito social, ou seja, atentar para o “como é dito” e “quando é dito”, qual é a posição que o sujeito ocupa, em que campo se insere, qual é a relação de poder existente entre esse sujeito e os demais que compõem o momento da enunciação. De acordo com Pinto (1989, *apud* Fischer, 2001, p. 206-207), “se o social é significado, os indivíduos envolvidos no processo de significação também o são e isto resulta em uma consideração fundamental: os sujeitos sociais não são causas, não são origem do discurso, mas são efeitos discursivos.”

Nesse sentido, a função de sujeito é preenchida por vários indivíduos, nunca é unívoca, por isso dialógica e polifônica, conforme os pressupostos bakhtinianos. Foucault distancia-se do sujeito em si, idealizado, essencial, que origina o significado, e se insere no campo da pluralidade, dos sujeitos marcados pela interpelação do Outro, portanto, seus discursos são atravessados pelas posições que assumem. O discurso é o lugar da dispersão, heterogeneidade e da descontinuidade e, pode, assim, estar vinculado a diferentes efeitos de sentido. Desta forma,

O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (FOUCAULT, 1997, p. 61-62).

Como o sujeito é essencialmente social, tudo o que está no entorno dele ajuda a constituí-lo, como instâncias ideológicas e históricas. Explica Brandão (1997, p. 49) que “porque sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico”, na qual as circunstâncias são decisivas.

## 2.1 A Formação Ideológica

O termo ideologia teve seu significado modificado no decorrer dos tempos. Sua primeira aparição data do período Pós-Revolução Francesa (1778) com Destutt de Tracy, no livro *Eléments d' Idéologie* (Elementos de Ideologia). O sentido de Ideologia estava ligado à análise da faculdade de pensar e concebia as ideias como “fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (CHAUÍ, 2001, p. 27)

Atualmente, tornou-se comum associar a palavra ideologia a um conjunto de ideias, fato notável, segundo Chauí (2001, p. 7), na utilização de expressões como “partido político ideológico”, “é preciso ter uma ideologia”, “falsidade ideológica”. Segundo a filósofa, é preciso distinguir ideologia de ideário. Ideário como “qualquer conjunto encadeado de ideias” e ideologia como “ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a demanda política”.

Para Eagleton (1997, p. 15), nenhuma definição até então proposta pelos estudiosos foi adequada para definir o termo ideologia, pois o autor defende não haver apenas um conceito. Para ele, ideologia

[...] é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado. (EAGLETON, 1997, p. 15)

Nesse sentido, é válido entender o que significa ideologia na concepção da Análise do Discurso, fio condutor desse trabalho. Para Orlandi (2000, p. 45), a Análise do Discurso busca “re-significar a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem”. Nesse aspecto, entende-se que:

Podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que produza o dizer [...] a ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem no sentido da refração, do efeito imaginário de um sobre o outro. (ORLANDI, 2000, p.46-47)

A ideologia, nessa perspectiva, é o efeito da relação sujeito-língua-história, ou seja, o sujeito é atravessado pela linguagem e pela história, pois é assim que ele se constitui. E como pontua Eagleton (1997, p. 194) “a ideologia é antes uma questão de ‘discurso’ que de ‘linguagem’, é analisada então a partir de certos ‘efeitos discursivos concretos”.

Para melhor explicitar esse conceito, Brandão (p.47) afirma que a formação ideológica do sujeito é constituída de uma ou mais formações discursivas interligadas. Para Orlandi (2001, p.48), esse efeito ideológico reflete a constituição do sujeito, a “interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia” revela “o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência no sentido [...] e a impressão do sujeito ser a origem do que diz”. Nesse sentido, o sujeito é marcado ideologicamente por discursos e reflete sua constituição por meio da linguagem.

A partir do exposto, entendemos que os discursos produzidos pelo sujeito são reflexos da condição de produção e de sua formação ideológica, ou seja, um tempo e um lugar determinam esse sujeito a situar o seu discurso em relação ao discurso do outro.

### 3 O JORNAL DEZENOVE DE DEZEMBRO E A SOCIEDADE DO SÉCULO XIX

O *Dezenove de Dezembro* foi o primeiro jornal paranaense e recebeu esse nome devido à data de instalação do governo na Província do Paraná, decretada pela Lei 704, de 29 de agosto de 1853, por Dom Pedro II. O primeiro exemplar circulou em 1º de abril de 1854. Para fundá-lo, o proprietário Cândido Martins Lopes contou com o auxílio financeiro do presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, fato que contribuiu para a caracterização desse veículo como essencialmente político.

No cenário nacional, a imprensa do século XIX ocupou um lugar representativo na sociedade, principalmente para os que almejavam uma notoriedade política, social ou cultural. Não obstante, foi um poderoso instrumento de intervenção política e social e, no caso do *Dezenove de Dezembro*, de servir aos interesses do governo da província e aos da coroa, uma vez que dependia de fundos dessas instâncias para sua circulação (SOUZA; NISHIKAWA, 2003). De acordo com Mariani (2003), nesse período da história, por mais que os meios de comunicação se propusessem corresponder aos anseios da sociedade, a voz que sobressaía era a do colonizador.

Outro fato que pode endossar a sua condição de essencialmente político é a estrutura do jornal, uma vez que seu conteúdo era constituído basicamente de decretos, leis,

expedientes do governo, restando um espaço mínimo para publicações de leitores, anúncios, declarações e propagandas. (OLIVEIRA FILHA, s.d).

A parte que cabia aos anúncios limitava-se a apenas uma página, sempre a última. Os conteúdos desses anúncios eram variados e, dentre os serviços e produtos oferecidos, havia os desaparecidos, dentre os quais poderiam estar desde cavalos até veados. Iniciados quase sempre pelo verbo “fugir”, estavam os anúncios dos escravos, adjacentes aos animais e préstimos comerciais. De acordo com Amantino (2008, p. 67), “o que se percebe são as tentativas, por parte dos senhores, de aproximar os fugitivos a uma realidade animalisca ou grotesca, retirando deles qualquer indicativo de humanidade.”

A sociedade brasileira da primeira metade do século XIX assistiu à promulgação da Lei Diogo Feijó, que declarava livres os escravos vindos de fora do Império, no entanto, ainda na segunda metade desse século, essa lei não havia sido efetivamente cumprida, já que, segundo Amantino (2008, p. 61), “a fiscalização efetiva quase nunca ocorreu.” Como consequência disso, os próprios negros passaram a fazê-la cumprir aos seus modos, organizando rebeliões e fugas, ora coletivas, ora solitárias. Ainda de acordo com a autora supracitada, “nos meses que a antecederam e nos imediatamente posteriores, houve uma grande discussão social e um incremento da movimentação de escravos que não aceitavam a legalidade de seu cativeiro e o aumento do número de escravos fugidos anunciados [...]” (AMANTINO, 2008, p. 61).

Basicamente, o regime econômico e social que perdurou durante o século XIX foi o de escravidão. De acordo com Ferrari (2006), a sociedade era constituída de senhores, escravos e pobres livres. Os senhores detinham o poder, eram os proprietários de terras; os pobres livres eram pequenos proprietários, muitas vezes, colonos. A autora explica que “os escravos viviam em cativeiro sob o domínio, principalmente, do dono, o qual decidia sobre suas ações.” (FERRARI, 2006, p. 21). Nessa sociedade, a circulação de escravos era restrita, inclusive, havia leis que limitavam até os lugares em que os escravos poderiam ir, ou seja, por meio de legislações silenciava-se a ausência de liberdade (de ir e vir) e regulamentava-se a vida pública do escravo. De acordo com Ferrari:

Aparece, através deles [dos regulamentos] uma microfísica do poder. Um modo de arrumar no mínimo a ordem estabelecida na sociedade. Isso se dá porque os regulamentos incluem não só o escravo, mas também todo aquele que com ele se relacione, ou seja, o restante da sociedade. (FERRARI, 2006, p. 22).

É nesse modelo de sociedade que situamos nosso estudo, ao analisar os anúncios de escravos foragidos da recém-província do Paraná, na metade do século XIX. A forma como esses escravos eram retratados e o lugar por eles ocupado nesses, bem como a recorrência de anúncios de escravos foragidos nos chamou a atenção e justifica a nossa escolha por esse *corpus*. São analisados seis anúncios retirados do Jornal Dezenove de Dezembro publicados no ano de 1854.

#### Anúncio 1:

FUGIO á Ponciano José de Araujo, morador em Guarapuava, no dia 13 de fevereiro de 1852, o escravo de nome Sebastião, creoulo, côr fula, estatura regular, reforçado do corpo, barba serrada, falla grossa; suppõe-se que tenha mudado de nome por assim o ter feito uma vez que andou fugido. Desappareceu quando se dirigia a esta cidade com uma tropa abandonando-a no mato da Ferraria; e desconfia-se que ande para os lados do Assungui, Ribeira, ou Morretes. Quem o apprehender, ou delle der noticia n'esta typographia, ou no sr. Cypriano da Silveira Brasil, em Guarapuava, será gratificado.

FUGIO á Ponciano José de Araujo, morador de Guarapuava, no dia 13 de fevereiro de 1852, o escravo de nome Sebastião, creoulo, cor fula, estatura regular, reforçado do corpo, barba serrada, falla grossa; suppõe-se que tenha mudado de nome por assim o ter feito uma vez que andou fugido. Desappareceu quando se dirigia a esta cidade com uma tropa abandonando-a no mato da Ferraria; e desconfia-se que ande papara os lados de Assungui, Ribeira, ou Morretes. Quem o apprehender, ou delle der noticias n'esta typographia, ou ao Sr. Cypriano da Silveira Brasil, em Guarapuava, será gratificado.

23/09/1854

#### Anúncio 2:

FUGIO a Antonio José Alves, residente na villa de Antonina, um escravo de nome Antonio, estatura ordinaria, olhos pequenos, corpo reforçado, cabello corredio, pernas grossas e um pouco zaimbras, côr parda, pés esparramados; levou vestido camisa e calça de algodão grosso, e um embrulho com mais alguma roupa. Quem o apprehender e leval-o á referida villa, alem d'uma gratidão eterna, será bem recompensado; é official de pedreiro.

FUGIO a Antonio José Alves, residente na Villa de Antonina, um escravo de nome Antonio, estatura ordinária, olhos pequenos, corpo reforçado, cabelo corredio, pernas grossas e um pouco zaimbras, cor parda, pés esparramados; levou vestido camisa e calça de algodão grosso, e um embrulho com mais alguma roupa. Quem o apprehender e leval-o á referida Villa, além d'uma gratificação eterna, será bem recompensado; é official de pedreiro.

25/11/1854

#### Anúncio 3:

FUGIO da villa de Antonina, e consta que está nesta cidade, um preto, crioulo, escravo do sr. Francisco Rodrigues, de nome Virissimo, alto, magro, pouca barba, nariz pequeno; quem o apprehender e levar ao sr. Antonio Pinto Porto, rua da Carioca n. 4, será gratificado generosamente.

FUGIO da vila de Antonina, e consta que está nesta cidade, um preto, crioulo, escravo do Sr. Francisco Rodrigues, de nosso Veríssimo, alto, magro, pouca barba, nariz pequeno; quem o apprehender e levar ao Sr. Antonio Pinto Porto, rua da Carioca n. 4, será gratificado generosamente.

30/12/1854

#### Anúncios 4 e 5:

DESAPARECEU de um potreiro desta cidade no dia 24 de agosto de macho alvação pangaré, grande, de 61,2 palmos, rabão, marcas 8, e de outro lado S quem o achar e o trouxer na rua das Flores, na casa do bilhar, receberá uma gratificação.

DESAPARECEU de um potreiro desta cidade no dia 24 de agosto um macho alvação pangaré, grande, de 6 1/2 palmos, rabão, marcas 8, e de outro lado. Quem o achar e o trazer na rua das Flores, na casa do bilhar, receberá uma gratificação.

A JOÃO Francisco fugiu no dia 15 do corrente um escravo crioulo, de nome Simão, fulo, alto, pés grandes, e calcanhares rachados, idade mais ou menos 24 annos; levou poncho de panno azul novo; toca viola, e gosta de fandangos: quem o trazer, não sendo apadrinhado, á rua das Flores n. 14, receberá de gratificação 50\$000.

TYP. DE C. M. LOPES. — 1854.

21/10/1854

A JOÃO Francisco fugiu no dia 15 do corrente um escravo de crioulo, de nome Simão, fulo, alto, pés grandes, e calcanhares rachados, idade mais ou menos de 24 annos; levou poncho de panno azul novo; toca viola, e gosta de fandango: quem o trazer, não sendo apadrinhado, á rua das Flores n. 14, receberá gratificação 50\$000.

#### Anúncio 6:



DESAPPARECERÃO em dias do mez passado dois cavallos, um lobuno grande, desferrado, com a marca J. em um dos quartos, e outro petigo rosado, ferrado dos quatro pés, clinas um pouco crescidas, cauda curta: estes cavallos costumão a andar sempre juntos; portanto quem os levar ou der noticia certa na rua Direita em casa do sr. José Bento Ozorio, será gratificado, se exigir.

22/07/1854

DESAPPARECERÃO em dias do mez passado dois cavallos, um lobuno grande, desferrado, com a marca J. em um dos quartos, e outro petigo rosado, ferrado dos quatro pés, clinas um pouco crescida, cuda curta: estes cavallos costumão andar sempre juntos; portanto quem os levar ou der noticia certa na rua Direita em casa do Sr. Hoé Bento Ozorio, será gratificado, se exigir.

#### 4 ANÁLISE DOS ANÚNCIOS

Inicialmente, os anúncios estão inseridos em um campo descritivo, na qual, a voz do locutor, no caso os senhores de escravos, atribuem descrições físicas e psicológicas ao outro. Nesta perspectiva, Orlandi atribui a esse tipo de discurso uma natureza contemplativa e não participativa, como pode ser evidenciado em

Se atardar sobre o objeto e seres considerados em sua simultaneidade, visando os próprios processos como espetáculos (instauração do yoyerismo), parece suspender o curso do tempo para instalar a narrativa do espaço (ORLANDI, 1989, p. 113)

Trata-se da construção de um referente pelos olhos do Outro, na qual o nome não é suficiente para denominar o escravo, como veremos mais adiante. O autor do anúncio, o senhor do escravo, descreve sinais físicos que podem auxiliar em sua busca, tais como ‘pés esparramados’ e ‘calcanhares um pouco rachados’. Com essas descrições sobre os pés, também podemos inferir que nesta sociedade os pés são importantes na descrição de um escravo, uma vez que eles não possuíam calçados e os pés ficavam em evidência.

Toda a teia descritiva dos anúncios é iniciada por um verbo que denota ‘ausência’. Notamos que nos anúncios 2, 3 e 4, que se referem aos escravos, o texto é iniciado pelo verbo ‘fugio’, diferentemente dos anúncios de animais que utilizam ‘desapareceu, desaparecerão’. O verbo ‘fugir’ introduz uma ideia, mesmo que vaga, de consciência do ato de ir embora, de escapar de algum perigo. Por outro lado, o verbo ‘desaparecer’, encontrado em anúncios de animais, induz a uma ideia de não-consciência dos atos, deixar de estar visível, sumir.

Podemos observar que o verbo ‘fugir’ denota um silenciamento sobre o lugar específico para o lugar onde o escravo fugiu. Esse silenciamento também está atrelado ao porquê de este escravo ter ido embora, fato este não descrito na superfície textual, uma vez que a voz de comando silenciou os escravos, o que construiu o sentido de que por contrariar as leis vigentes, o escravo precisa ser punido.

O fato de ambos os anúncios, da fuga dos escravos e do sumiço dos animais, estarem presentes em uma mesma seção do jornal e com descrições parecidas, evidencia uma animalização em relação aos negros foragidos. Tal fato demonstra que a voz silenciadora (do dono) retira quaisquer resquícios de humanidade dos escravos; são apenas posses.

Sobre esse gesto da fuga, presentes nos anúncios, podemos verificar um efeito simbólico nesta sociedade, na qual o escravo é desprovido de direitos públicos, sobretudo o da liberdade e o de ir e vir. Com essa descrição, fornecida pelo seu senhor, esse escravo, desconhecido pela sociedade, toma forma por meio de sua descrição física, psicológica e, muitas vezes, é anunciado pelo seu nome próprio.

A descrição do nome, remetida apenas ao seu prenome ‘Antonio, Veríssimo e Simão’, não denota um signo singular no universo, como podemos perceber em outros contextos, e apenas essa descrição não seria suficiente para encontrá-lo. Por tal motivo, os anúncios, após o nome do fugido, relatam outras características desses escravos, expressas pelos enunciados ‘estatura ordinária, olhos pequenos, corpo reforçado, cabelo corredo, pernas grossas e um pouco zaimbras, cor parda, pés esparramados’ (anúncio 2); ‘alto, magro, pouca barba, nariz pequeno’ (anúncio 3); ‘fulo, alto, pés grandes, e calcanhares rachados, idade mais ou menos de 24 anos’ (anúncio 5).

A este respeito são oportunas as palavras de Ferrari “O nome próprio não basta para diferenciar um ser, ele precisa, no nosso caso, de uma descrição subsidiária que o complete e sem a qual seu sentido é incompleto”, pois a utilização do sobrenome remete a uma questão jurídica, de pertencimento a uma família, ou como refere Ferrari: “O que o nome significa tem a ver com a determinação do mesmo” (FERRARI, 2006, p. 41).

Ainda podemos destacar a incitação, por parte dos anúncios, de que os escravos são também apropriadores indébitos de coisas que não pertencem ao mundo dos escravos, tais como roupas, como pode ser evidenciado pela utilização do verbo ‘levar’ em: ‘**levou** vestido camisa e calça de algodão grosso, e um embrulho com mais alguma roupa’ (anúncio 2); ‘**levou** poncho de panno azul novo’ (anúncio 5). Isso destaca que o escravo não pertence ao mundo dos humanos e não está no mesmo patamar que os ‘pertencentes’ àquela sociedade.

Essa constituição desse sujeito escravo assujeitado às descrições de seu dono espelha uma situação de poder, em que o senhor descreve o Outro pelo seu ponto de vista, como já apontado por Foucault (1997) e destacado por Ferrari:

[...] temos individualização o sujeito através do nome próprio, mas não o temos singularizado, determinado. Voltamos novamente ao ponto de partida. Isso é suficiente para construir um referente, mas não para singularizar aquele ser do qual estamos falando, um sujeito singular (FERRARI, 2000, p. 66).

Os anúncios de animais também apresentam descrições físicas, principalmente remetendo à raça do cavalo, como exemplificado em ‘um lobuno grande, desferrado, com a marca J. em um dos quartos, e outro petiço rosado, ferrado dos quatro; macho alvação pangaré’. Podemos inferir que o animal possui uma raça definida, conhecida e admirada na sociedade, por outro lado, os escravos são apenas conhecidos pelo formato dos pés, não possuem raça e nem identidade.

Em todos os anúncios, tanto de animais quanto de escravos, notamos uma possível ‘recompensa’ para quem encontrar o fugido ou desaparecido. Os verbos estão conjugados no futuro ‘será gratificado; será bem recompensado; será gratificado generosamente; receberá uma gratificação; receberá gratificação 50\$000.; será gratificado, se exigir’ e utilizam o pronome generalizador ‘quem’ o que fornece a ideia de compromisso assumido com um possível leitor, que compactua dos mesmos preceitos sociais do enunciador. O anúncio 5 é o único que apresenta valores (50\$000), demonstrando que este escravo é valioso, em termos financeiros.

Ainda podemos notar que o anúncio nº 2 cita uma gratificação perene ‘além d’uma gratificação **eterna**, será bem recompensado’, o que na realidade da época, configura-se como um ato sublime, por parte do leitor, em entregar o escravo às autoridades ou aos seus donos por infringir as leis vigentes.

Em suma, o fato de animais e escravos constarem em uma mesma seção de jornal fornece a ideia vigente na época de publicação, na qual os escravos não possuíam identidade definida, eram apenas posses de seus senhores, fato este evidenciado pelos recursos linguísticos e extralinguísticos encontrados nos anúncios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, entendemos o gesto de fuga como ato simbólico por parte do escravo, embora tenham sido silenciados os motivos que levaram a esta fuga. Há, por parte do enunciador, em descrever o fato, o intuito de ressaltar a não-identidade do negro nesta sociedade e o sentimento de posse do ‘objeto’ fugido.

Também é importante destacar o suporte no qual se veicularam os anúncios; trata-se de um jornal de cunho político, cujos ideários seguem os preceitos sociais na época. Apesar da já promulgada Lei do Ventre Livre, na sociedade paranaense, essa lei não era cumprida, fazendo com que os negros fugissem, fato este silenciado pelos anúncios diante dessa condição de produção.

Muito embora os anúncios apresentem a citação dos nomes próprios dos escravos, estes possuem apenas o prenome, signo este não-singular. Eles não tinham sobrenome, o que juridicamente representa uma descendência, um pertencimento a uma família, inexistente em uma sociedade escravocrata. Por outro lado, os senhores são identificados por nomes e sobrenomes.

Os recursos linguísticos presentes na superfície textual evidenciam um caráter animalesco e de objeto pertencente a alguém, tanto na descrição dos fugidos escravos, quanto nos desaparecidos animais, apesar de a utilização dos verbos ‘fugir’ e ‘desaparecer’ apresentarem características semânticas distintas, pois, o primeiro denota um ato consciente, enquanto o outro significa ‘deixar de estar visível’, inconscientemente.

Por fim, os discursos aqui analisados não podem ser desvinculados de sua condição de produção, uma vez que são condições *sine qua non* para o analista verificar o lugar que o enunciador ocupa (no caso do senhor de escravo), sobre quem é enunciado (o escravo) e a imagem do enunciatário que é descrita pelo locutor. Dessa forma, podemos inferir que a formação desse sujeito escravo na sociedade do século XIX é essencialmente social, assujeitada e atrelada às instâncias ideológicas e históricas vigentes.

## REFERÊNCIAS

- AMANTINO, Marcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832. *Revista de História*. Disponível em <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/33.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2014.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do Texto e do Discurso no Brasil. In: *D.E.L.T.A.*, Vol. 15, nº especial, 1999 (183-199). Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44501999000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300008)>. Acesso em 25 out. 2014.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: UNICAMP, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2001.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Uma Introdução. São Paulo, Unesp, Boitempo, 1997.
- FERRARI, Ana Josefina. *A voz do dono: uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos*. Campinas: Pontes, 2006.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Foucault e a análise do discurso em educação*. Cadernos de Pesquisa, Rio Grande do Sul, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002
- MAINGUENEAU, Dominique. *Os termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: 2000.
- \_\_\_\_\_; CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARIANI, Bethânia – Os Primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: *Discurso Fundador – A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas (SP). Pontes, 2003.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, Vol. II, 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001. Cap. 1, p. 13-52.
- OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: “Gazeta do Povo” e “O Estado do Paraná”. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1>> Acesso em 17 nov. de 2014.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. São Paulo: Editora Pontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso*. In: LAGAZZI-RODRIGUES, S; ORLANDI, E, P (orgs.) *Introdução às ciências da Linguagem–discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. **Em aberto**, Brasília, ano 3. n. 21, abr./jun. 1984. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2193/1462>>. Acesso em 26 out. 2014.

PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. Trad. Eni P. de Orlandi. In GADET, et al (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, [1969] 1990.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Trad. Eni P. de Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, [1969] 1988.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de; NISHIKAWA, Reinaldo. A lei de terras nos folhetins d'o Dezenove de Dezembro. *Revista História Social*, Campinas, nº 10, p. 239-262, 2003. UFMG, 2000.

Data de recebimento: 09/04/2015

Data de aprovação: 29/04/2015